

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (CAEN/UFC)**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO**

**JOAQUIM GOMES GARCEZ NETO**

**AUTONOMIA FINANCEIRA E EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NOS**  
**ESTADOS BRASILEIROS**

**FORTALEZA**

**2015**

JOAQUIM GOMES GARCEZ NETO

AUTONOMIA FINANCEIRA E EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NOS  
ESTADOS BRASILEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Andrei Gomes Simonassi

FORTALEZA  
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Pós Graduação em Economia - CAEN

- 
- G215a      Garcez Neto, Joaquim Gomes  
              Autonomia financeira e eficiência dos gastos públicos nos estados brasileiros/ Joaquim Gomes  
Garcez Neto. – 2015.  
              27p. il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação ( Mestrado Profissional ) – Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN,  
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.  
              Orientador: Prof. Dr. Andrei Gomes Simonassi.
1.   Desenvolvimento Econômico I. Título.

---

CDD 338.9

---

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente a Deus, Pai presente em todos os momentos de minha vida, o qual me indica o trajeto correto pelos caminhos da Terra.

Aos meus filhos, Marina e Lucas.

Aos meus queridos avós, Aniceto e Naiza, responsáveis pela minha formação pessoal e profissional, a quem devo tudo em minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Andrei Simonassi, pela objetividade dispensada na condução da orientação.

## RESUMO

O presente trabalho promoveu uma análise da eficiência da despesa e do investimento dos governos estaduais a partir de dados anuais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para os exercícios financeiros de 25 unidades federativas do Brasil entre 2009 e 2013. Modelos Econométricos para medidas de eficiência da despesa e do investimento público foram estimados e os resultados permitiram inferir que a autonomia financeira é o meio para a consecução da maior eficiência em termos de execução orçamentária estadual.

Palavras-chave: Execução Orçamentária; Autonomia Financeira; Eficiência dos Gastos Públicos.

## **ABSTRACT**

This paper promoted a spending efficiency analysis and investment of state governments from annual data of the National Treasury Secretariat (STN) for the financial years 25 federal units of Brazil between 2009 and 2013. Econometric Models for efficiency measures spending and public investment was estimated and the result showed that the financial autonomy is the means to achieving greater efficiency in terms of state budget execution.

Keywords: Public Budget; Financial Autonomy; Efficiency of Public Spending.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Saldo corrente, autonomia, investimentos e gastos com segurança e educação e eficiência por região referente ao exercício de 2013 .....	14
Tabela 2 - Eficiência da despesa e do investimento referente ao exercício de 2013.....	15
Tabela 3 – Variáveis dependentes.....	22
Tabela 4 – Estimação do modelo econométrico.....	24

## LISTA DE GRÁFICOS

1 - Percentual de investimentos e despesas pagas nos Estados da Região Norte em 2013.....	16
2 - Percentual de investimentos e despesas pagas nos Estados da Região Nordeste em 2013.....	17
3 - Percentual de investimentos e despesas pagas nos Estados da Região Centro - Oeste em 2013.....	18
4 – Percentual de investimentos e despesas pagas nos Estados da Região Sudeste em 2013.....	19
5 - Percentual de investimentos e despesas pagas nos Estados da Região Sul em 2013.....	20



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 REVISÃO DA LITERATURA .....	10
3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EFICIÊNCIA DOS GASTOS NOS ESTADOS BRASILEIROS.....	13
3.1 Uma análise regional.....	13
3.2 Análises inter-estaduais por região .....	16
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	21
4.1 Sobre os dados .....	21
4.2 Das variáveis dependentes .....	21
4.3 Do modelo estimado .....	22
5 RESULTADOS .....	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	26
7 REFERÊNCIAS.....	27

## 1 - INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta um estudo sobre a execução orçamentária e financeira das despesas dos estados brasileiros, no período de 2009 a 2013, dando ênfase na Educação, com a finalidade de analisar os determinantes da eficiência do gasto e da eficiência do investimento público estadual.

Os dados foram obtidos no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional–STN, nos relatórios de execução orçamentária consolidados dos Estados. Procedeu-se a técnica de pesquisa bibliográfica e empírica. A metodologia da pesquisa proporcionou um maior fundamento teórico e empírico sobre o tema abordado. Na pesquisa documental, foram coletados dados e informações de documentos e fontes relacionadas ao tema para analisar os aspectos pertinentes aos objetivos da pesquisa.

O Referencial Teórico teve como apoio o tópico “A Literatura Sobre o Tema”, em que autores abordaram em seus trabalhos o contingenciamento do orçamento público federal, o planejamento e controle dos recursos públicos, a capacidade fiscal dos estados brasileiros, dentre outros, contribuindo para a consecução da presente dissertação; em seguida, a presente pesquisa aborda sobre “A Execução Orçamentária e Eficiência dos Gastos nos Estados Brasileiros”, em que são conceituadas as despesas públicas, sua eficiência e a autonomia financeira do ente público, bem como foi feita análise regional; logo após são apresentados os “Aspectos Metodológicos”, os quais apresentam os modelos econométricos e os resultados através dos efeitos aleatórios e fixos e do teste de Hausman.

## 2 - A LITERATURA SOBRE O TEMA

A Lei Complementar Federal nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, prescreve em seu texto importantes avanços relacionados a metas fiscais e à responsabilização dos gestores que não cumprirem as mesmas.

Na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas, em obediência ao disposto no art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal), há a necessidade da uniformização dos procedimentos de execução orçamentária.

Protássio *et al* (2004) evidenciaram distorções associadas à prática comum de contingenciamento do Orçamento Público Federal e sugeriram um mecanismo alternativo de aplicação temporária que reduz essas distorções. Após verificar a evidência empírica de que há grande variação na execução orçamentária, com elevada concentração de gastos no último mês do exercício fiscal, constrói-se um modelo de tipo ‘Principal-Agente’, em que as dificuldades podem surgir em condições de informação assimétrica, quando um principal contrata um agente, que evidencia a ineficiência existente no processo orçamentário atual. Em seguida, é apresentado um modelo alternativo, “Pareto Superior, em que um parâmetro é melhorado sem causar um efeito negativo sobre um parâmetro diferente, reduzindo a variação dos recursos disponíveis aos órgãos da administração pública ao longo do ano e ao mesmo tempo induz uma redução espontânea de seus gastos. Para ilustrar os ganhos potenciais da aplicação de tal mecanismo, apresenta-se uma simulação baseada da execução orçamentária de 2001.

Chaves (2007) afirmou que com a melhoria nas ações de planejamento e controle dos recursos públicos, através da eficiência nos gastos públicos, será mais facilmente alcançado um maior crescimento econômico do país. A melhoria da eficiência do gasto público representa que determinado investimento ou serviço será efetivado com menor custo e trará maior benefício à sociedade. Os dados para o desenvolvimento do artigo foram colhidos através de análises de demonstrativos contábeis governamentais; relatórios de fiscalização elaborados pelos órgãos de controle; Projeto-Piloto de Investimentos como modelo de planejamento dos projetos de infraestrutura e os dados financeiros do Balanço Geral da União no período 2000-2005.

Ribeiro (2008) descreve: A crescente preocupação com a eficiência do gasto público, através de boas práticas na gestão fiscal, foi evidenciada com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vigora no Brasil desde o ano 2000, impôs obrigações, limites e sanções aos gestores públicos; bem como com o fenômeno da globalização. O objetivo de seu estudo era avaliar empiricamente a eficiência do gasto público no Brasil comparativamente com outros países da América Latina. Para avaliação da eficiência, o índice composto foi confrontado com os gastos de consumo do governo geral mediante a utilização de um modelo empírico semiparamétrico de dois estágios (método DEA, no primeiro estágio; e regressão truncada, no segundo). As evidências mostram o Brasil com um resultado em torno da média, na avaliação dos serviços públicos; e abaixo da média, quanto à eficiência do gasto. Costa Rica, Uruguai e Chile obtiveram os melhores resultados tanto no desempenho dos serviços como na eficiência do gasto público.

Giacomoni (2009) afirma que o exercício financeiro observado pelo setor público coincide com o ano civil; portanto os orçamentos anuais são executados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. No centro da questão da extensão do exercício, está a opção pelo regime contábil do exercício (competência), em lugar do regime de caixa em que é o regime contábil que contabiliza as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, sem a preocupação com o momento em que são realizadas.

Silva *et al* (2012) em seu trabalho ‘Análises da Execução Orçamentária dos Municípios da Região Nordeste, no período de 2000 a 2009’, chegaram a conclusão que não existem diferenças significativas entre as médias aritméticas dos indicadores analisados, que foram a receita e despesa total per capita; despesas de capital per capita e o comprometimento da receita corrente dos municípios nordestinos. Os resultados revelaram que os municípios do Estado da Bahia destacaram com a maior arrecadação e a maior despesa; os municípios do Estado do Rio Grande do Norte apresentaram maior desempenho na utilização dos recursos públicos médios de receita total e despesa total per capita; maior quociente médio do resultado da execução financeira e a maior média de despesas de capital per capita e também a maior média aritmética do comprometimento da receita corrente. A maior volatilidade (coeficiente de variação), em termos de receitas per capita, despesa total per capita e de despesa de capital per capita foi dos municípios do Estado do Maranhão.

Vergolino (2013) objetiva investigar a capacidade fiscal dos estados brasileiros à luz das estimativas dos seus índices de autonomia, adotado como marco temporal de análise do período após a aprovação da Lei Responsabilidade Fiscal (LRF), sancionada no ano 2000. O texto contempla uma breve discussão sobre o conceito de federalismo, de federalismo fiscal e as questões relacionadas à repartição de recursos e conflitos federativos. Em seguida, procura-se fazer uma descrição resumida dos principais fatos econômicos que aconteceram na economia brasileira, no período 1990-2010, e seus rebatimentos na estrutura tributária dos entes federados. Em capítulo especial, discutem-se os indicadores, objeto de investigação. Também é analisada a trajetória do índice de autonomia dos estados, por meio de um corte sub-regional. Considerando esse corte regional, é possível perceber a existência de uma forte assimetria na capacidade fiscal dos estados, decorrente do elevado grau de disparidade regional de renda presente no cenário federalista do país.

### **3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EFICIÊNCIA DOS GASTOS NOS ESTADOS BRASILEIROS**

A execução da despesa orçamentária compreende as fases: empenho, liquidação e pagamento. A eficiência ocorre quando atingir essas três fases da despesa, ou seja, o que foi empenhado foi efetivamente realizado e paga no exercício financeiro.

A autonomia orçamentária de um ente federado, por sua vez, consiste na capacidade de cumprir suas metas orçamentárias, apenas com a sua receita tributária, ou seja, quanto maior a autonomia, maior é a capacidade de o Estado utilizar os recursos arrecadados para atender necessidades da população.

Por sua vez, os índices de investimentos mostram aquelas regiões que mais investiram para melhorar a qualidade de vida da população, desenvolveram a região de maneira geral e incentivaram as suas economias com investimentos em infraestrutura como, por exemplo, a abertura de novas estradas para escoar a produção industrial e rural para outros estados ou regiões.

Por fim, a eficiência da despesa é uma relação das despesas pagas pelo total de despesas empenhadas e mostra a porcentagem de despesas empenhadas que foram efetivamente pagas naquele mesmo exercício. A eficiência da despesa é importante, pois demonstra o quanto de restos a pagar processados restou para o exercício subsequente.

#### **3.1 - Uma análise regional**

Os resultados do exercício de 2013 de Saldo Corrente, Autonomia e os percentuais de Investimentos e Educação sobre as Despesas Totais de cada região brasileira são apresentados na **Tabela 1** e em seguida são feitas análises dos pontos mais importantes de cada índice.

**Tabela 1: Indicadores da Execução Orçamentária Estadual**

UF	Saldo Corrente	Autonomia	Invest-DT	Educ-DT
Centro-oeste	1.37	69.3%	12.5%	15.6%
Nordeste	1.25	47.7%	9.6%	14.0%
Norte	1.29	35.5%	12.7%	15.9%
Sudeste	1.20	64.0%	8.2%	10.9%
Sul	1.25	75.1%	5.0%	14.5%
<b>Brasil</b>	<b>1.30</b>	<b>60.8%</b>	<b>8.1%</b>	<b>13.4%</b>

Fonte: elaboração própria

O Saldo Corrente mostra que todas as regiões brasileiras têm capacidade e liquidez suficientes para honrar suas contas de custeio e manutenção de suas atividades. A relação entre receitas correntes e despesas correntes apresenta valores acima de 1, isso significa que a arrecadação de receitas correntes foi maior que a execução das despesas correntes.

Observa-se ainda na **Tabela 1** que a região brasileira que tem maior autonomia é a Região Sul e, em segundo lugar, vem a Região Centro-Oeste, com 69,3% de autonomia; e, logo após, vem a Região Sudeste com 64%. Nota-se que as regiões com maiores autonomias são aquelas regiões com maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e economias muito fortes com muita atuação industrial.

A Portaria interministerial 163/2001 afirma que os investimentos são: "Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente". Conclui-se que aquelas regiões que efetuaram maiores gastos com investimentos são aquelas que mais necessitam desenvolver-se em termos de estrutura.

As regiões que efetuaram maiores investimentos foram Norte e Centro Oeste com 12,7% e 12,5%, respectivamente, de suas despesas totais, sendo empregadas nesse grupo de natureza de despesa.

Por fim, a **Tabela 1** acima mostra os gastos com educação em cada região da Federação em comparação aos gastos totais incorridos e informa a porcentagem de gastos com educação dentro dos gastos totais, ou seja, a porcentagem dos gastos totais que foi exclusivamente utilizada com educação.

Observa-se ainda que a região que mais investiu em educação, proporcionalmente a seus gastos totais, foi a Região Norte, 15,9%, e isso se deve ao

fato de que naquela região o nível de Educação ainda é muito baixo comparado com as outras regiões do Brasil.

De uma forma geral, não se pode definir a melhor ou pior educação, pois o volume de gastos está ligado a vários fatores. Ocorre que algumas regiões elevam seus gastos com educação porque tentam reduzir seu índice de analfabetismo e não conseguem chegar a um nível educacional elevado, pois ainda estão combatendo o analfabetismo.

Contudo, a Região Sul, que historicamente tem os melhores índices educacionais, tem os menores gastos com educação, porque sua prioridade é manter a educação de qualidade que já tinha, podendo assim empregar mais recursos em outras áreas que, em alguns estados, são quase esquecidas no orçamento como é o caso da cultura regional.

A **Tabela 2** apresenta algumas variáveis referentes aos gastos públicos executados no ano de 2013. Essas variáveis mostram dados das eficiências das despesas correntes pagas em comparação com as despesas correntes empenhadas e as eficiências dos investimentos pagos comparados com os Investimentos empenhados.

**Tabela 2: Execução Orçamentária e Eficiência dos Gastos Públicos**

UF	Eficiência-Despesa	Eficiência Investimento
Centro – oeste	95.0%	73.0%
Nordeste	96.4%	76.4%
Norte	93.7%	72.2%
Sudeste	70.3%	52.8%
Sul	96.5%	63.3%
<b>Brasil</b>	<b>84.4%</b>	<b>66.0%</b>

Fonte: elaboração própria

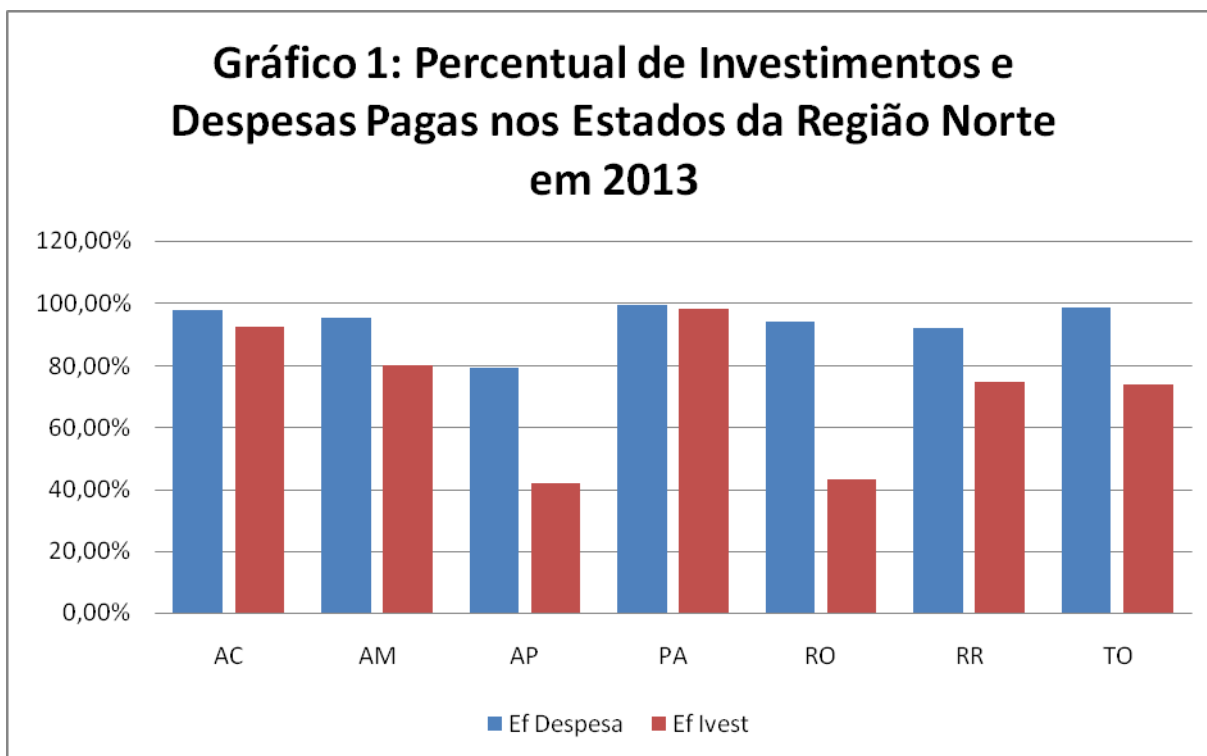
A região que chegou mais próximo do ideal, em termos de honrar o que foi empenhado naquele mesmo ano, foi a Região Sul com 96,5% de eficiência de despesas, já a região que obteve melhor índice de Eficiência de Investimento no exercício de 2013, foi a região Nordeste com 76,4% de todo o investimento empenhado naquele ano sendo pago no mesmo ano.

Esses índices não mostram, obrigatoriamente, que as regiões mais industrializadas ou mais desenvolvidas são as que tiveram maior eficiência no gasto público ou no investimento, pois, como se pode perceber, a Região Sudeste que é a região mais industrializada e uma das mais desenvolvidas, é aquela que tem os menores índices de eficiência.



### 3.2 - Análises inter-estaduais por região

O **Gráfico 1** abaixo apresenta uma comparação entre os índices de eficiência de despesas e índices de eficiência de investimentos de todos os estados da Região Norte do Brasil.

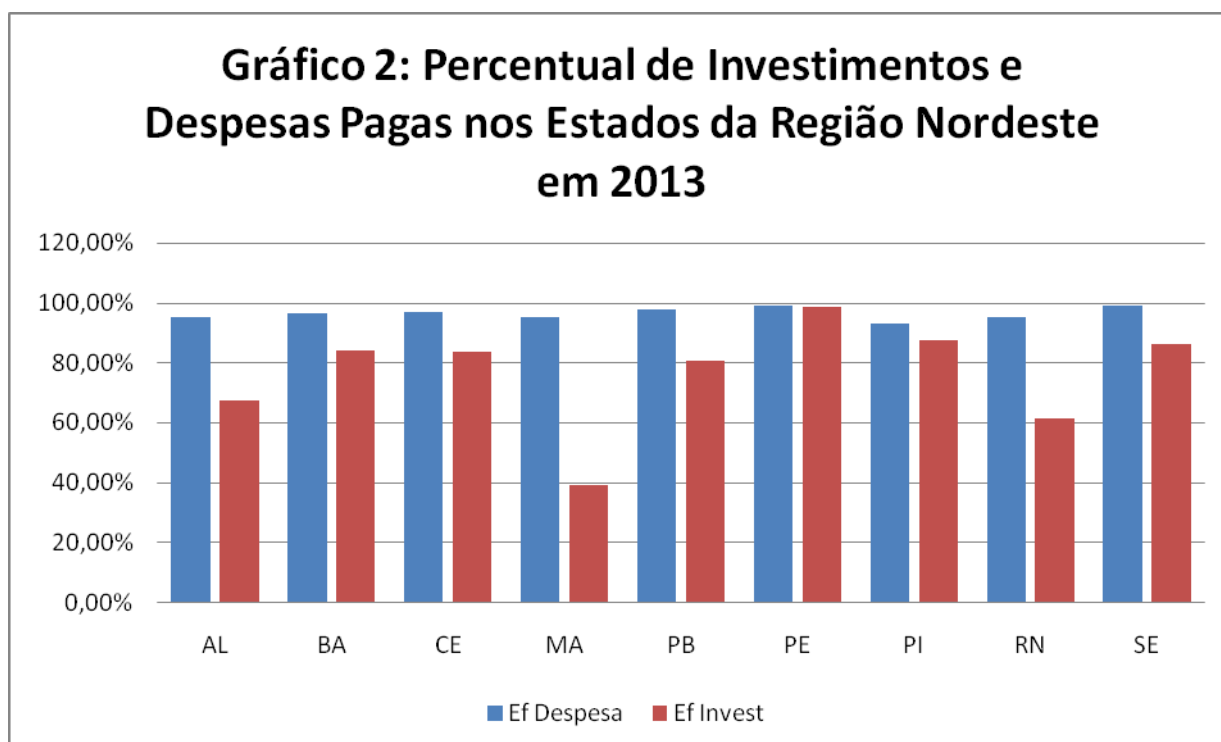


Fonte: elaboração própria

Observa-se no **Gráfico 1** que o estado da Região Norte com menores índices de eficiência de despesas e eficiência de investimentos é o Estado do Amapá, já o estado com maiores índices é o Estado do Pará.

O Estado de Rondônia apresentou índice de eficiência de despesa de 93,7% e índice de eficiência de investimento de 43,4%, ou seja, obteve uma diferença de 50,3% entre as eficiências.

O **Gráfico 2** apresenta uma comparação entre os índices de eficiência de despesas e índices de eficiência de investimentos de todos os estados da Região Nordeste do Brasil.

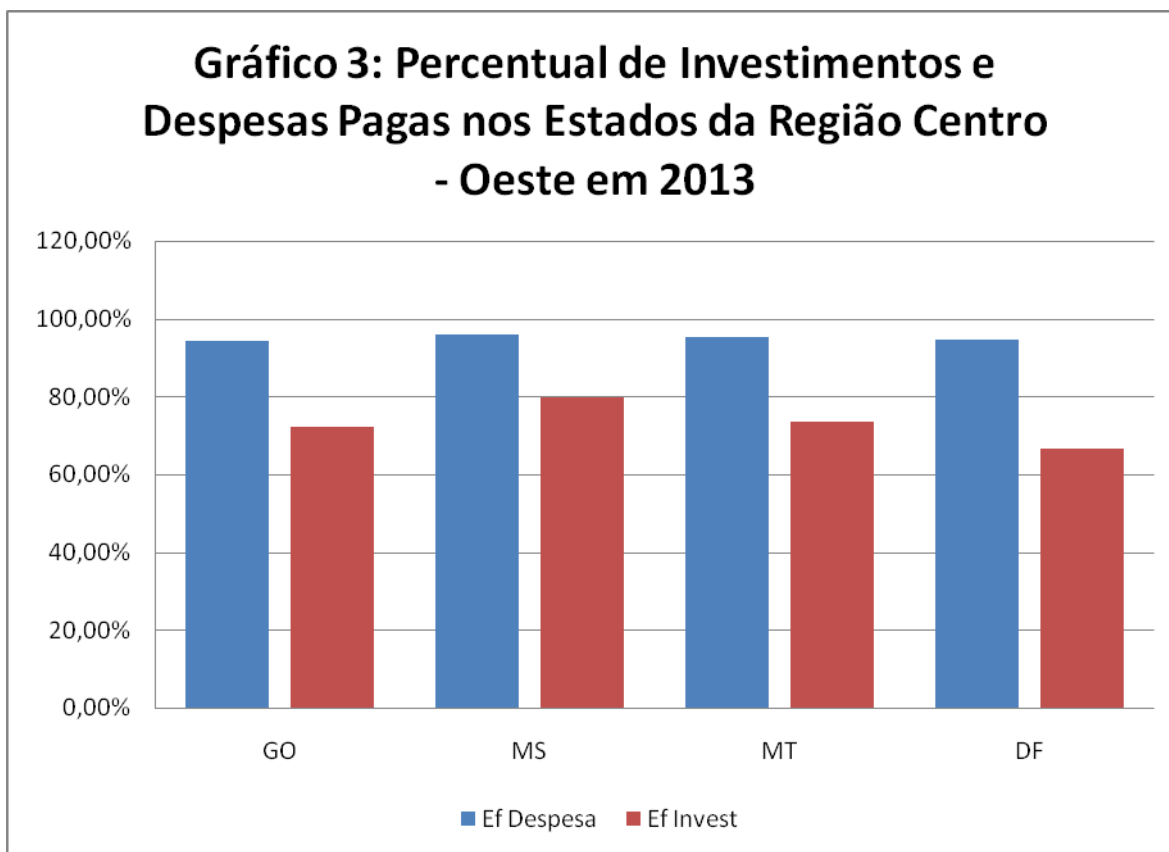


Fonte: elaboração própria

Observa-se no **Gráfico 2** que o estado da Região Nordeste com menor índice de eficiência de despesas é o Estado do Piauí; e aquele com menor eficiência de investimentos é claramente o Estado do Maranhão que ficou inadimplente com seus fornecedores ou parceiros, pois 38,9% dos investimentos empenhados; já o estado com melhores índices é o Estado de Pernambuco.

O Estado de Rio Grande do Norte apresentou índice de eficiência de despesa de 95,2% e índice de eficiência de investimento de 61,2%, ou seja, obteve uma diferença de 30% entre as eficiências.

O **Gráfico 3** apresenta uma comparação entre os índices de eficiência de despesas e índices de eficiência de investimentos de todos os estados da Região Centro-Oeste do Brasil.

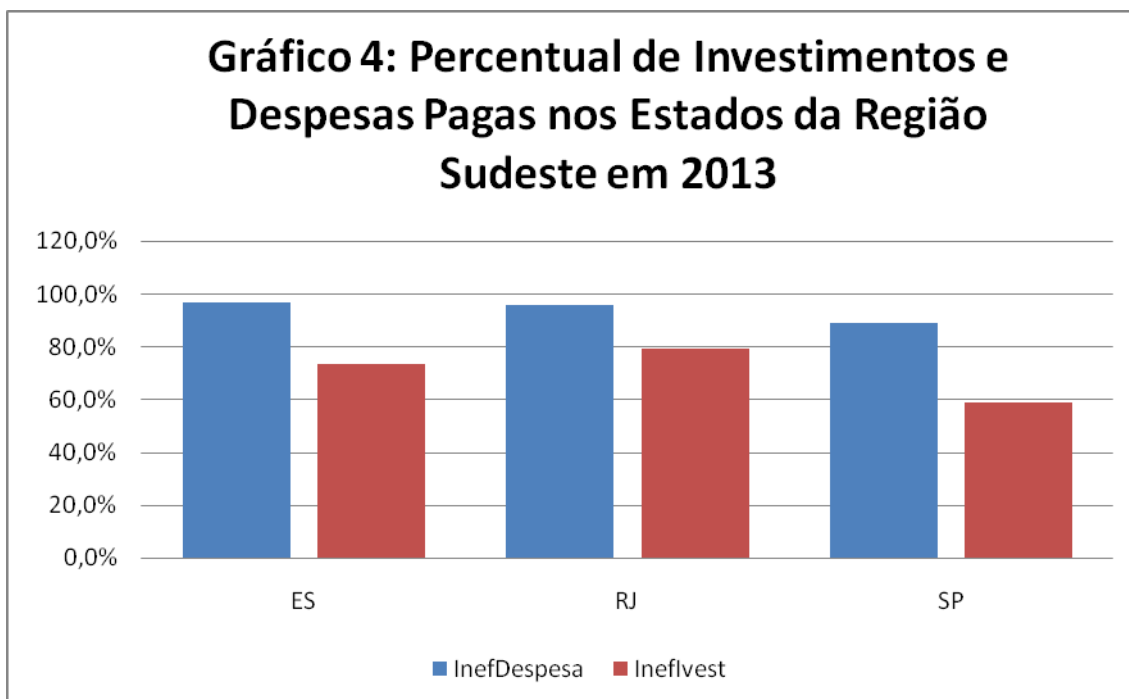


Fonte: elaboração própria

Observa-se no **Gráfico 3** que os estados da Região Centro-Oeste têm gráficos muito parecidos com índices de eficiência de despesas entre 80% a 100% e índices de eficiência de investimentos entre 60% a 80%.

Já se pode constatar com esses 3 primeiros gráficos que os índices de eficiência de despesas são sempre superiores aos de eficiência de investimentos e isso se deve ao fato de que as despesas se referem a desembolsos de curto prazo, já os investimentos em sua maioria resultam em desembolsos que ultrapassam o exercício financeiro.

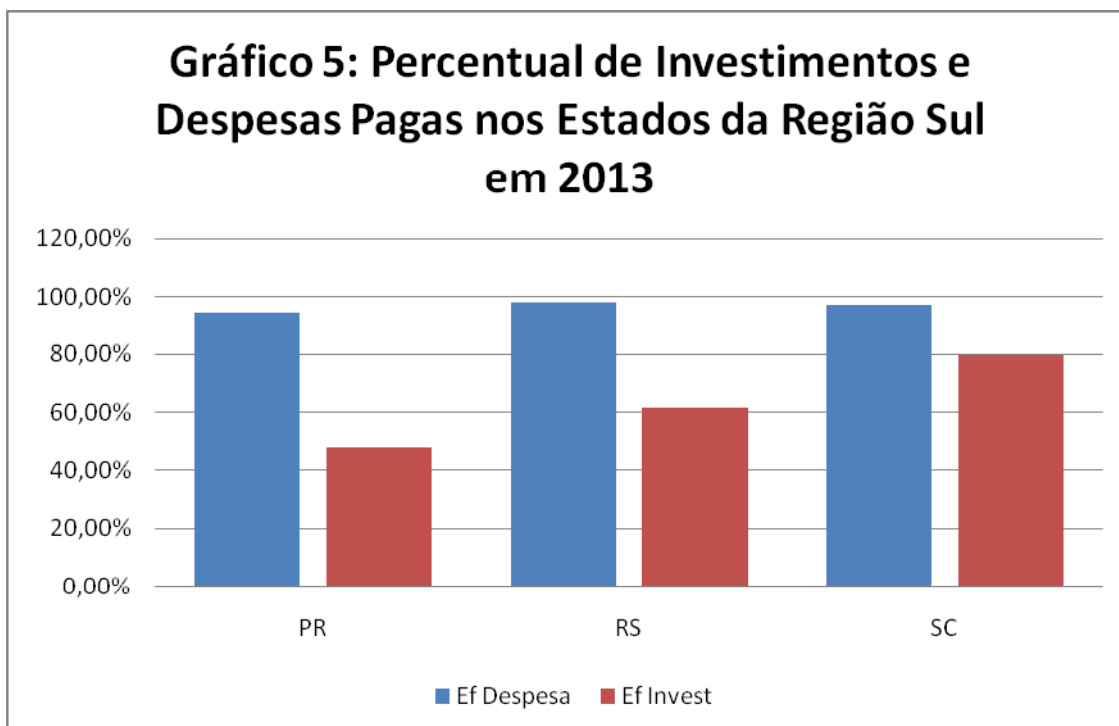
O **Gráfico 4** apresenta uma comparação entre os índices de eficiência de despesas e índices de eficiência de investimentos de todos os estados da Região Sudeste do Brasil. O estado de Minas Gerais não está representado no gráfico, pois seus dados não foram publicados pelo sítio da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, dessa forma não pode ser analisado.



Fonte: elaboração própria

Observa-se no **Gráfico 4** que o estado de São Paulo tem o menor índice de eficiência de investimento da Região Sudeste, com um valor inferior a 60%. Importante salientar que é o estado com mais investimentos inscritos nos restos a pagar para o ano de 2014, em virtude dos cronogramas de seus investimentos que ultrapassaram o exercício de 2013.

O **Gráfico 5** apresenta uma comparação entre os índices de eficiência de despesas e índices de eficiência de investimentos de todos os estados da Região Sul do Brasil.



Fonte: elaboração própria

O Estado de Santa Catarina é o recordista na eficiência de investimentos e divide a liderança na eficiência das despesas pagas com o Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2013.

O Estado do Paraná teve, em 2013, a pior eficiência de investimento, com pouco mais 48,3%.

## **4- ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1- Sobre os dados**

O estudo utiliza dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para Execução Orçamentária das 27 unidades da federação, no período de 2009 a 2013.

Após ajustes na amostra, para exclusão de unidades com variáveis sem dados, no caso Minas Gerais e Rondônia, restaram uma amostra com 25 unidades, sendo 24 estados e o Distrito Federal. A base final para o modelo econométrico estimado foi composta então de 25 unidades federativas entre 2009 e 2013, perfazendo um total de 125 (cento e vinte e cinco) observações.

### **4.2 - Das variáveis dependentes**

Eficiência da Despesa - é a razão das despesas correntes pagas pelo total de despesas correntes empenhadas. Para ocorrer efetivamente a eficiência, espera-se que os valores que foram empenhados, sejam integralmente pagos, que a relação seja igual ou aproximada a 1. Caso, as despesas empenhadas não sejam pagas afetará a eficiência da despesa, trazendo prejuízos para a administração pública. A variável dependente é a variável da despesa.

Eficiência do investimento - é uma relação dos investimentos pagos pelo total de investimentos empenhados. Como na eficiência da despesa, espera-se que os valores que foram empenhados, sejam integralmente pagos. Caso, os investimentos empenhados não sejam pagos afetará sua eficiência, trazendo prejuízos para os investimentos públicos. A variável dependente é a variável de investimento.

A eficiência do investimento depende da autonomia dos estados em gastar seus recursos através da arrecadação tributária e também do saldo corrente referente à liquidez para executar as despesas de bens de capital.

A fórmula de cálculo das variáveis dependentes da amostra está descrita na **Tabela 3**.

**Tabela 3: Variáveis Dependentes**

<b>Variável Dependente</b>	<b>Fórmula</b>
Eficiência da despesa pública=	$\frac{\text{Despesas Correntes Pagas}}{\text{Despesas Correntes Empenhadas}}$
Eficiência do investimento =	$\frac{\text{Investimentos Pagos}}{\text{Investimentos Empenhados}}$

Fonte: Elaboração própria

### 4.3 - Do modelo estimado

As variáveis foram trabalhadas em painel, a partir de uma amostra de 25 unidades, em corte transversal, com periodicidade de dados anual, durante 5anos, abrangendo o exercício financeiro de janeiro 2009 a2013.

São estimados dois modelos em painel: i) um modelo de regressão de efeitos fixos, a partir do método dos mínimos quadrados ordinários e suas premissas; e ii) e um modelo de componentes de erros ou modelo de efeitos aleatórios.

Os modelos estimados foram os seguintes:

Modelo I:

$$EfDespesa_{it} = \beta_0 + \beta_1 Autonomia_{it-1} + \beta_2 EducDT_{it} + \beta_3 SaldoCC_{it-1} + u_{it}$$

Modelo II:

$$EfInvest_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 Autonomia_{it-1} + \alpha_2 EducDT_{it} + \alpha_3 SaldoCC_{it-1} + v_{it}$$

Onde  $EfDespesa_{it}$  é a eficiência da despesa que ocorre quando o montante que foi empenhado foi efetivamente realizado no exercício financeiro.

A eficiência da despesa depende da autonomia dos estados em gastar seus recursos através da arrecadação tributária e também do saldo corrente referente à liquidez para executar as despesas de custeio.

A autonomia orçamentária de um ente federado, por sua vez, consiste na capacidade de cumprir suas metas orçamentárias, apenas com a sua receita tributária, ou seja, quanto maior a autonomia, maior é a capacidade de o Estado

utilizar os recursos arrecadados em favor de atender às necessidades de sua população.

O Saldo Corrente é a relação entre receitas correntes que são as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços e as despesas correntes que são as destinadas à produção de bens e serviços correntes.

Tanto na autonomia, como no saldo corrente, as variáveis estão defasadas com a finalidade de ajustar o valor de um ano para o outro.

$EfInvest_{it}$  é uma relação dos investimentos pagos pelo total de investimentos empenhados dentro do mesmo exercício financeiro.

Observe que serão efetuadas, então, quatro regressões, duas para variável eficiência da despesa nos efeitos fixo e aleatório e duas para variável eficiência do investimento pelos mesmos efeitos.

Propõe-se ainda o teste de Hausmann para verificar a adequação de qual dos dois modelos—regressão com efeitos fixos e com efeitos aleatórios – é mais robusto para análise pretendida, confrontando com as previsões teóricas acerca das teorias da escolha da estrutura de capital em todos os casos.



## 5. RESULTADOS

A tabela 4 demonstra os resultados das regressões dos dois modelos – efeitos fixos e efeitos aleatórios – para análise da eficiência da despesa e do investimento.

**Tabela 4:** Estimativas de regressão da eficiência da despesa e do investimento

	EF Despesa		EF Investimento	
	EF <sup>(1)</sup>	EA <sup>(2)</sup>	EF <sup>(1)</sup>	EA <sup>(2)</sup>
C	0.972102 [0.0000]*	0.996372 [0.0000]*	0.672344 [0.0001]*	0.746246 [0.0000]*
EducDT	-0.019265 [0.8708]	-0.088077 [0.3656]	0.177820 [0.6985]	-0.126667 [0.7416]
Autonomia(-1)	0.053070 [0.0000]*	0.056018 [0.0000]*	0.170379 [0.0003]*	0.179024 [0.0000]*
Saldo CC(-1)	-0.042925 [0.1735]	-0.54756* [0.0439]	-0.051022 [0.6745]	-0.074813 [0.4803]
<b>Cross-Sections</b>		2.924148		7.710558
<b>Hausman <math>\chi^2</math></b>	p-valor = (0,4035)		p-valor = (0,054)**	
<b>R<sup>2</sup></b>		74,69%		76,17%

Nota: (1) Efeitos Fixos; (2) Efeitos Aleatórios; (\*) significante estatisticamente a 10%; (\*\*) significante estatisticamente a 5%; P-valor entre colchetes.

Fonte: Elaboração própria

No modelo de eficiência da despesa, a variável dependente sempre será a variável da despesa e foi utilizada a estrutura de painel com os modelos mínimos quadrados agrupados, que não foi considerado; efeito aleatório e efeito fixo e, depois, foi feito o teste de Hausman.

Na eficiência da despesa, a hipótese nula em Hausman é sempre nos efeitos aleatórios, a educação não é significativa, o saldo em conta corrente é significativa a 5%. A autonomia afeta positivamente a eficiência da despesa e o saldo em conta corrente afeta negativamente, pois quanto menos o saldo em conta corrente, menor o gasto.

Nos efeitos fixos, apenas a autonomia é significativa. No teste de Hausman o p-valor dá um número alto que equivale dizer que não rejeita a hipótese nula e que o modelo correto é o de efeitos aleatórios.

Nos efeitos aleatórios, a autonomia afeta positivamente a eficiência da despesa, e o saldo em conta corrente afeta negativamente, pois quanto menor o saldo em conta corrente, menor será o gasto. No caso do saldo em conta corrente, quanto maior, menor será eficiência da despesa.

Os resultados no investimento são similares, pois a estimação, no efeito aleatório e no efeito fixo, a autonomia foi significativa; e o teste de Hausman diz que o modelo correto é o de efeito aleatório.

Uma consequência dos estados que têm mais autonomia, ou seja, uma receita tributária relevante em relação à receita total são os estados mais ricos e onde têm servidores mais capacitados, com maior expertise para ter maior eficiência no gasto, embora, no presente trabalho, não se está medindo a qualidade das instituições, apenas é uma dedução do estudo.

O teste de Hausman, ao final de cada grupo de dois modelos, dá suporte ao modelo sob o qual será conduzido o processo de inferência, no caso sugerindo a estimação a efeitos aleatórios.

Conclui-se que a autonomia financeira é o caminho para a eficiência do gasto, seja o gasto global, seja do investimento.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou determinar se a autonomia financeira é o caminho para a eficiência do gasto, seja o gasto global, seja do investimento. A eficiência retrata que o gestor consegue pagar o que foi empenhado.

As variáveis foram trabalhadas em painel, a partir de uma amostra de 25 unidades, em corte transversal, com periodicidade de dados anual, durante 5 anos, abrangendo o exercício financeiro de janeiro 2009 a 2013.

Nas evidências empíricas, analisamos os estados agrupados por região, onde foram expostos e analisados os resultados do exercício financeiro de 2013, apresentando o Saldo Corrente, a Autonomia e os percentuais de Investimentos, Segurança Pública e Educação sobre as Despesas Totais.

Evidenciou-se que a região brasileira que tem maior autonomia é a região Sul e, em segundo lugar, vem a região Centro-Oeste, com 69,3% de autonomia; e, logo após, vem a região Sudeste com 64%. Nota-se que as regiões com maiores autonomias são aquelas regiões com maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e economias muito fortes com muita atuação industrial.

Em relação às evidências empíricas, vê-se que os resultados se assemelham aos estudos de Vergolino (2013), que, em seu trabalho, analisou a trajetória do índice de autonomia dos estados, por meio de um corte sub-regional. Considerando esse corte regional, percebeu-se a existência de uma forte assimetria na capacidade fiscal dos estados, decorrente do elevado grau de disparidade regional de renda presente no cenário federalista do país, como também aos de Chaves (2007), afirmando que com a melhoria nas ações de planejamento e controle dos recursos públicos, através da eficiência nos gastos públicos, será mais facilmente alcançado um maior crescimento econômico do país. A melhoria da eficiência do gasto público representa que determinado investimento ou serviço, será efetivado com menor custo e trará maior benefício à sociedade.

O resultado financeiro não é o principal determinante que determina a eficiência do gasto e sim a autonomia, pois quanto mais recurso próprio o ente tem, mais ele tem condição de gastar em relação ao que foi empenhado. Podendo levar a importantes conclusões para os estudiosos e gestores em geral, inclusive para efeitos de adoção de políticas públicas.

## 7- REFERÊNCIAS:

CHAVES, Renato Santos. **A Qualidade do Gasto Público no Brasil: Propostas para Melhoria. Boletim de Orçamento e Finanças.** Curitiba: 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público.** São Paulo: 2009.

**Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada.** Brasília: Senado Federal, Programa Interlegis, 2001.

**Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001 (atualizada até 31.08.2010)** - Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

PROTÁSSIO, Carla G.; BUGARIN, Maurício S.; BUGARIN, Mirta N.. **À Espera da Reforma Orçamentária: Um mecanismo Temporário para Redução de Gastos Públicos.** São Paulo; 2004.

RIBEIRO, Márcio Bruno. **Desempenho e Eficiência do Gasto Público: Uma Análise Comparativa entre o Brasil e um Conjunto de Países da América Latina.** Rio de Janeiro: 2008.

**SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL.** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>. Acesso em junho de 2014.

SILVA, Maurício Corrêa et AL. **‘Análises da Execução Orçamentária dos Municípios da Região Nordeste, no Período de 2000 a 2009’.** Natal: 2012.

VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. **Federalismo e Autonomia Fiscal dos Governos Estaduais no Brasil: Notas sobre o Período Recente (1990-2010).** Brasília: 2013.